

# DF - Eleição Debate necessário

Com a realização de debates entre os seis candidatos ao governo — Valmir Campelo (PTB-PP), Maria Abadia (PSDB), Cristovam Buarque (PT), João Ferreira (PSC), Ildeu Araújo (Prona) e Paulo Timm (PDT) — este jornal e a TV Brasília iniciaram esforço de identificação pública dos problemas do Distrito Federal e das propostas de cada postulante para resolvê-los. Outras lideranças credenciadas ao voto popular de 3 de outubro deverão prosseguir no diagnóstico e possíveis terapias para os males políticos, econômicos e sociais do território sede do Poder Federal.

A iniciativa se insere nos deveres dos órgãos de comunicação de estender perante a comunidade o painel eleitoral, para favorecer o exercício consciente da opção pelo voto. Para tanto, é indispensável atuar com absoluta isenção, princípio ao qual se filiam o Correio Braziliense e a TV Brasília, a fim de que decantação útil à valorização dos direitos de cidadania possa resultar do embate das idéias. Assim aconteceu na abordagem das questões submetidas aos pretendentes à direção política do DF, pela síntese então produzida: é fundamental resgatar Brasília como cidade modelo para o resto do País.

Antes de configurar-se como uma corrida para a conquista do poder, o regime de franquias democráticas se caracteriza por oferecer ao povo a possibilidade de selecionar os melhores para as funções públicas de natureza eletiva. A oportunidade para tornar exequível o axioma democrático é a metodologia da comparação, tanto para efeito de constatar-se o nível de complexidade dos problemas quanto em relação àquelas lideranças dispostas a superá-los. Está imbricada no contexto democrático aí exposto a promoção dos dois órgãos Associados.

Por experimentar situação política ímpar no concerto da Federação, o DF exige concepções imaginosas e originais para balizar o seu desenvolvimento e prover a satisfação do interesse público. A autonomia que lhe foi concedida na Carta Política de 1988, se coerente com reivindicação antiga de forças expressivas da sociedade, se converteu em um dilema perturbador. Por um lado, colocou-o em posição equivalente às demais

unidades federadas e, por outro, ignorou suas deficiências específicas para conduzir-se sob as restrições impostas aos espaços destinados ao abrigo da União.

São muitos e complexos os efeitos que resultam daí. Vale a pena, todavia, sintetizá-los em algumas grandes linhas. Desde logo, desponta a impossibilidade de efetivação de qualquer atividade econômica expressiva no Plano Piloto e em sua periferia urbana. E isto porque o projeto urbanístico não admite reformulações em sua concepção, até por motivo de a área ter sido tombada pela ONU como Patrimônio da Humanidade. E, nos segmentos suburbanos e cidades-satélites, a industrialização terá de ser seletiva, de modo a não degradar o meio ambiente ou agredir a natureza, no caso, um complicador significativo.

Este jornal e a TV Brasília, quando promovem o embate de idéias, valorizam os direitos da cidadania

As fontes de receitas tributárias são, como se vê, de fragilidade extrema, em outras palavras, insuficientes para atender às mínimas demandas públicas. Por isso mesmo, a Constituição anterior consignava ao DF receitas adequadas às suas necessidades, enquanto a atual deu-lhe a autonomia e condenou-o ao colapso. Se o Plano Piloto é em tudo a base do Poder Federal, na ocupação dos espaços físicos como na ordenação de suas decisões políticas, é evidente caber-lhe, quando nada, conservá-lo e provê-lo dos serviços públicos fundamentais: segurança pública, saúde, educação, lazer e transportes. E, ainda, exercer sua influência dominadora para que o processo de desenvolvimento nas áreas subjacentes possa contar com o suporte das agências oficiais de crédito e investimento.

Sobre este fundo político-institucional projeta-se a iniciativa da TV Brasília e deste jornal em conhecer pensamento e idéias daqueles que, pela via democrática e única do voto, pretendem o governo e a representação política do DF.